

Conscientização e ação para prevenir acidentes de trânsito

» JORGE CARLOS MACHADO CURI*

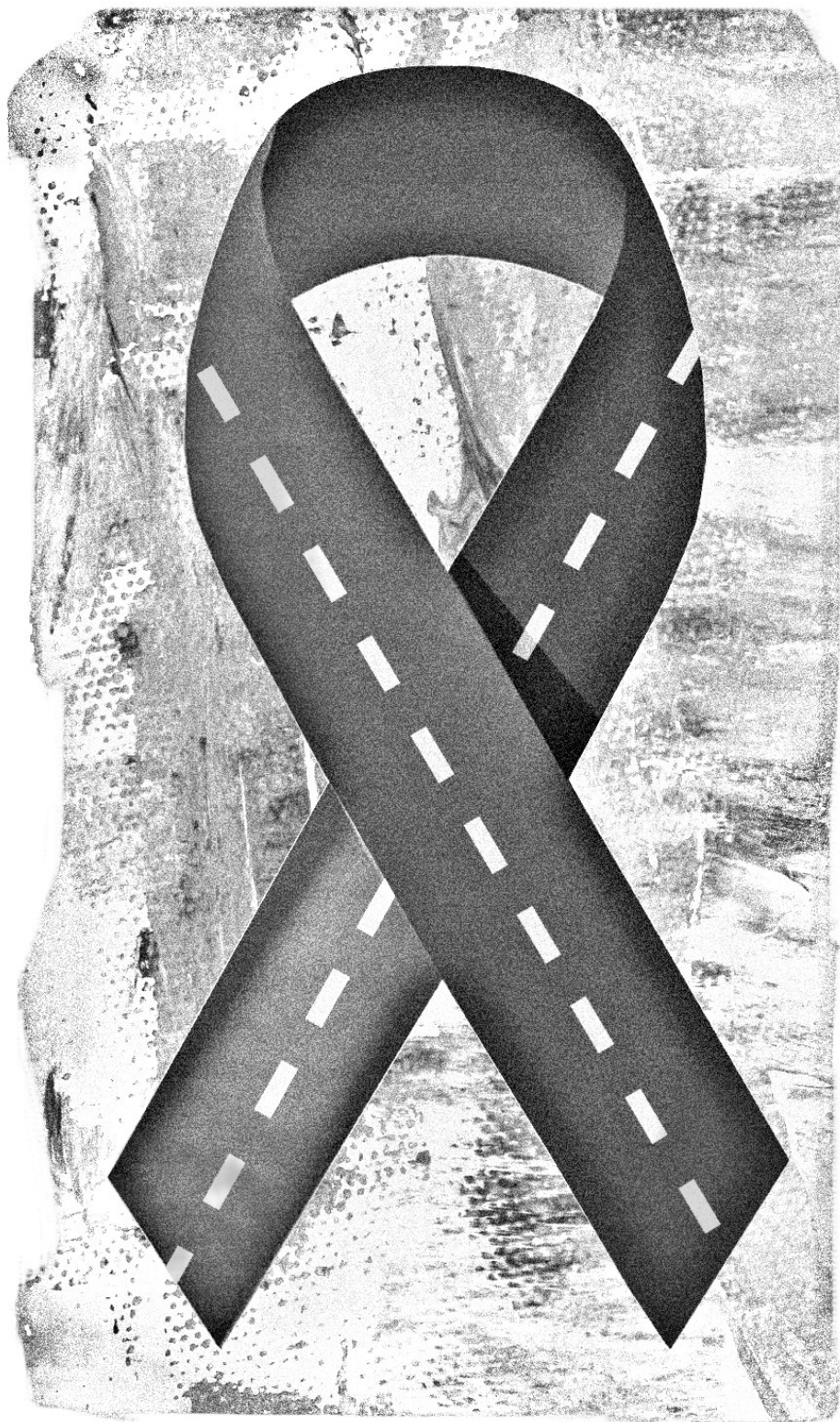
Cirurgião geral e intensivista, integrante das câmaras técnicas de Cirurgia Geral e de Segurança do Paciente no Conselho Federal de Medicina

Assim como o acidente que matou Ayrton Senna não causaria mais a morte de motoristas de Fórmula 1 se sofressem algo similar hoje por conta da evolução da segurança no automobilismo, o número de iniciativas e tecnologias que proporcionam maior segurança no trânsito cotidiano cresceu nas últimas décadas. Pode-se observar esse fenômeno desde que virou obrigação, por lei, usar cinto de segurança em carros e capacetes nas motos e, mais recentemente, quando os airbags e freios ABS também se tornaram obrigatórios nos veículos brasileiros. A criação da Faixa Azul também ajudou a reduzir o número de mortes de motociclistas em vias movimentadas.

No entanto, apesar das campanhas de conscientização, como Maio Amarelo, e dos avanços dessas tecnologias desenvolvidas para minimizar traumas — como é chamada a lesão causada por um evento inesperado externo ao corpo —, muitos não as utilizam. Segundo dados de 2023 da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), uma média de 275 motoristas são multados por hora, nas rodovias do país, por não usarem o cinto de segurança. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, apenas 60,7% dos motociclistas que moram em áreas rurais usam capacete. Poucas pessoas usam roupas de proteção, além do capacete, ao andar de moto, mesmo sabendo que elas oferecem maior segurança em caso de acidentes.

O Brasil ainda é o terceiro país que mais registra mortes no trânsito, de acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde, ficando atrás apenas de Índia e China, países com populações várias vezes maiores que a do nosso país. Quando se trata de motociclistas, os números são ainda mais graves. Em dezembro do ano passado, foram 55 mortes de motociclistas e/ou garupas em São Paulo, quase dois por dia em apenas um mês, de acordo com o Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito (Infosiga). De cada 10 mortos, quatro faleceram na via em que se acidentaram, enquanto seis morreram em hospitais, mesmo depois de terem recebido socorro. Ao todo, só em São Paulo, foram registradas 426 mortes de motociclistas no ano passado.

A nível nacional, a taxa de internação de motociclistas que sofreram acidentes de trânsito aumentou 55% em uma década, de 2011 a 2021, segundo boletim da Secretaria de Vigilância em Saúde e



Ambiente, do Ministério da Saúde. Da mesma forma, nos últimos 20 anos, a frota de motos registradas no Brasil cresceu mais de cinco vezes, chegando a um número de 32,3 milhões em setembro de 2023, de acordo com a Senatran.

Nesse cenário e em meio ao crescimento dos aplicativos de entrega, os acidentes com moto-boys também são uma triste realidade atual. De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, motociclistas e ciclistas de entregas rápidas estão entre as profissões mais perigosas do ponto de vista da incidência de acidentes de trabalho, com uma média de 362 casos para cada 10 mil empregos. Outra pesquisa feita por uma seguradora focada em profissionais autônomos

revelou que moto-boys ficaram, em média, 41 dias afastados de suas atividades em 2023 devido a acidentes sofridos durante a prestação do serviço.

Para mudar essa realidade, é necessária uma via de mão dupla: a conscientização e a ação. E essa ação passa por uma mudança de mentalidade de nossos motoristas, voltada à prevenção de acidentes. Para isso, precisamos de uma intensa e contínua educação no trânsito. Atitudes simples, como a utilização de cinto de segurança, limite de velocidade, atenção às placas de sinalização e advertência, são essenciais, além do básico: não beber ou utilizar qualquer tipo de droga antes de dirigir.

Por parte do governo, campanhas, fiscalização e punição de infrações devem ser constantes, a fim de inibir comportamentos perigosos por parte dos motoristas. As empresas, estabelecimentos e aplicativos que se valem dos serviços de entregadores moto-boys, caberia prestar assistência, melhorando as condições de trabalho dessa categoria.

Além disso, a assistência médica não pode falhar no atendimento das vítimas. Quando um acidente acontece e a pessoa sofre um trauma, é fundamental que os profissionais que farão o atendimento inicial do traumatizado — sejam os médicos, bombeiros, profissionais de resgate do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), entre outros — estejam preparados e tenham sido devidamente treinados para prestar a assistência adequada, seguindo protocolos aprovados mundialmente. Afinal, o sucesso do tratamento de qualquer tipo de trauma depende muito de como a pessoa é atendida desde o primeiro momento.

Em suma, o conceito fundamental — não apenas para o Maio Amarelo, mas para todos os meses do ano — é estarmos sempre aprimorando a educação para que possamos reduzir, ano a ano, o número de pessoas acidentadas no trânsito. É importante lembrar sempre que evitar acidentes de trânsito é evitar milhares de mortes e sequelas e, conseqüentemente, grande dor para os acometidos e suas famílias, além das severas conseqüências na saúde das vítimas e os impactos econômicos e sociais resultantes. Na área da saúde, a redução do número de traumas facilmente evitáveis no trânsito liberaria os médicos para tratar de outras condições de saúde que as tecnologias e inovações médicas, infelizmente, ainda não conseguem evitar.

dos meses do ano — é estarmos sempre aprimorando a educação para que possamos reduzir, ano a ano, o número de pessoas acidentadas no trânsito. É importante lembrar sempre que evitar acidentes de trânsito é evitar milhares de mortes e sequelas e, conseqüentemente, grande dor para os acometidos e suas famílias, além das severas conseqüências na saúde das vítimas e os impactos econômicos e sociais resultantes. Na área da saúde, a redução do número de traumas facilmente evitáveis no trânsito liberaria os médicos para tratar de outras condições de saúde que as tecnologias e inovações médicas, infelizmente, ainda não conseguem evitar.

Neutralidade tributária para frear mercado ilegal

» EDSON VISONA

Advogado, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)

O Brasil está em vias de destravar um dos maiores gargalos que impedem o desenvolvimento do país há décadas. A reestruturação tributária, com a reforma em curso, pretende simplificar um dos sistemas de arrecadação mais complexos do mundo. Nesse processo, o desafio é não aumentar a carga tributária para consumidores e setor produtivo, sob pena de favorecer ainda mais o mercado ilegal, que se beneficia da disparidade de preços entre os seus produtos e os do mercado formal.

A Câmara dos Deputados já criou grupos de trabalho para a apreciação da regulamentação do primeiro texto encaminhado pelo Executivo. Um dos pontos em análise pelos deputados é o Imposto Seletivo. A criação da sobretaxa tem como objetivo desestimular o consumo de produtos considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente. Com alíquota a ser definida em Lei Ordinária, a lista de produtos tem cigarros, bebidas alcoólicas, automóveis e embarcações, entre outros.

A ideia de onerar esses produtos parte de uma crença de que o aumento da tributação servirá para inibir o consumo. Esse raciocínio não se justifica, uma vez que o consumidor tem a opção de

comprar o produto ilegal, que não paga imposto. Portanto, não haverá diminuição de consumo, tampouco aumento de arrecadação. Mas um aumento da participação do mercado ilegal.

Tomemos como exemplo a indústria do tabaco, onde a atual carga tributária gira entre 70% e 90%. Em virtude dessa elevadíssima tributação, o mercado legal perde a batalha contra a sonegação fiscal e o contrabando: segundo relatório divulgado pela Receita Federal, o cigarro corresponde a 54% do volume total de bens apreendidos em 2023. As marcas contrabandeadas do Paraguai são aqui tão conhecidas que, numa piada pronta, são alvo até de falsificação.

O preço é o principal propulsor da migração do consumo de produtos legais para o mercado ilícito. Há evidências de que, nesse setor, quando a tributação sobre o cigarro legal aumenta, o consumidor migra para o contrabandado, bem mais barato porque não é tributado.

Em 2020, de acordo com a pesquisa Ipec, deuse uma retração do mercado ilícito, decorrente da pandemia de covid-19 e da alta do dólar. O preço do cigarro ilegal ficou mais próximo dos produtos legais nacionais, fazendo com que parte dos

consumidores dos produtos ilícitos retornasse para os produtos lícitos. A fatia do ilegal encolheu pela primeira vez em anos, de 57% em 2019 para 49% do mercado nacional em 2020, levando ao aumento de 10% na arrecadação de IPI sobre cigarros em 2020, um acréscimo de receita de R\$ 500 milhões considerando-se apenas o imposto federal.

Nos últimos dois anos, por exemplo, o preço do produto contrabandado manteve-se estável. Esse fator somado ao fato de que não houve aumento de tributo sobre o produto legal fez cair a participação dos cigarros ilegais no mercado de 41% para 36%, levando a um crescimento de arrecadação de cerca de R\$ 1 bilhão.

Em resumo, os números comprovam que, longe de desestimular o consumo, o eventual aumento da já elevada carga tributária dos segmentos de tabaco ou de bebidas alcoólicas, que já figuram entre os setores mais pesadamente tributados no Brasil, vai aumentar ainda mais o mercado ilícito desses produtos — com riscos não apenas para a saúde dos brasileiros, mas também para a arrecadação. Governo e parlamentares têm nas mãos o caminho para evitar que o crime roube o país. Não podemos perder essa oportunidade!

Sul do Equador

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O realismo mágico, ou seja, ocorrências disparatadas e sem qualquer lógica, infesta a política na América Latina. Todas têm um fundo de verdade baseado na corrupção ou no interesse pessoal. Ou na simples loucura. No caso brasileiro, houve um presidente muito chegado a uísque escocês que acordou um dia e, sem conversar com ninguém, resolveu renunciar a seu cargo. Arrumou sua mala, viajou para São Paulo e ficou esperando pela revolta popular, que o reconduziria ao poder com mais força e capacidade para promover legislação sem passar pelo Congresso. O povo não se comoveu. O resultado é que ele embarcou para o exílio num navio cargueiro inglês e passou o resto da vida tentando explicar o que o levou ao gesto extremo da renúncia.

Já houve presidente da República que se suicidou com um tiro no peito. Getúlio Vargas saiu da vida para entrar na história, segundo sua carta testamentária. Provocou uma violenta comoção popular. Nos nossos vizinhos, acontecem situações inexplicáveis. O cadáver de Eva Perón perambulou pelo mundo antes de ser enterrado em Buenos Aires, anos depois de sua morte. Um funcionário do governo chegou a guardar o corpo em casa. Perón foi enterrado num mausoléu imponente que, tempos depois, foi vandalizado. Levaram as mãos do beneficiário, possivelmente para abrir com as impressões digitais um cofre em algum banco na Suíça. As mãos do antigo homem forte da Argentina nunca foram encontradas. Essas histórias constam do livro que Ariel Palacios acaba de lançar, chamado *América Latina, lado B* (editora Globolivros).

O Brasil está entrando nessa narrativa não apenas por seus políticos, que escondem expressivos volumes de dinheiros em apartamento, mas por via judicial. Como todo o país sabe, e os advogados mais do que ninguém, o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado à prisão por decisão da 13ª vara de Curitiba, que foi carimbada e legitimada pelo Tribunal Regional Federal e, depois, pelo STJ. Certo dia, um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que estava tudo errado, porque os crimes que envolviam o acusado não poderiam ter sido julgados em Curitiba. Não era o local para apreciar aquele tipo de processo. Uma questão formal e processual. Com base nisso, ele anulou todos os atos e determinou que a Justiça em Brasília retomasse o caso desde seu início. O Judiciário brasileiro rapidamente arquivou o processo. Lula foi solto e retornou à Presidência da República.

Semana passada, em um único dia, o STF cancelou as condenações de Marcelo Odebrecht e José Dirceu por corrupção e ainda arquivou um inquérito que estava há anos sem conclusão contra Romero Jucá (MDB-RR) e Renan Calheiros (MDB-AL). Em outro ponto da cidade, o Tribunal Superior Eleitoral livrou, por unanimidade, o juiz Sergio Moro de ter seu mandato de senador cassado. Aqueles que estavam esfregando as mãos para concorrer ao Senado em eleição única no Paraná perderam a oportunidade e devem ter aprendido a lição de que o jogo só termina quando acaba. Tinha gente que já estava se comportando como se fora senador ou senadora daquele estado.

O ministro Dias Toffoli já havia anulado as provas do acordo de leniência da Odebrecht e suspendido o pagamento das multas da J&F, empreiteira que nada tinha a ver com a Lava-Jato. O ministro aceitou os argumentos de que as confissões ao Ministério Público Federal foram obtidas sob coação, nova versão de tortura psicológica para obter provas contra inocentes. No entanto, nenhum dos acusados protestou contra a eventual prática de tortura, sob qualquer forma, nas prisões da Polícia Federal.

Ao contrário, o empresário Emílio Odebrecht visitou o presidente Lula no Palácio do Planalto para comunicar que a reforma do sítio de Atibaia (SP) seria entregue no prazo prometido. Marcelo Odebrecht qualificou o ministro Toffoli de amigo do amigo de meu pai. Aliás, a Odebrecht, com seu novo nome, acaba de vencer a licitação da Petrobras para realizar as obras que deverão concluir a construção da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco. Seu custo está várias vezes maior do que o previsto inicialmente. E o parceiro venezuelano não colocou um centavo na obra.

Faz oito anos que o então senador Romero Jucá disse que era preciso haver “um grande acordo nacional com Supremo e tudo para estancar a sangria provocada pelas investigações de corrupção”. Ou seja, no quesito corrupção e interpretações jurídicas heterodoxas, ou do realismo mágico, o Brasil honra seu lugar na lista de países onde tudo é fluido, nada é permanente. Nem o seu passado. Aliás, desde o tempo em que o território nacional era colônia de Portugal se dizia que não há pecado ao sul do Equador.